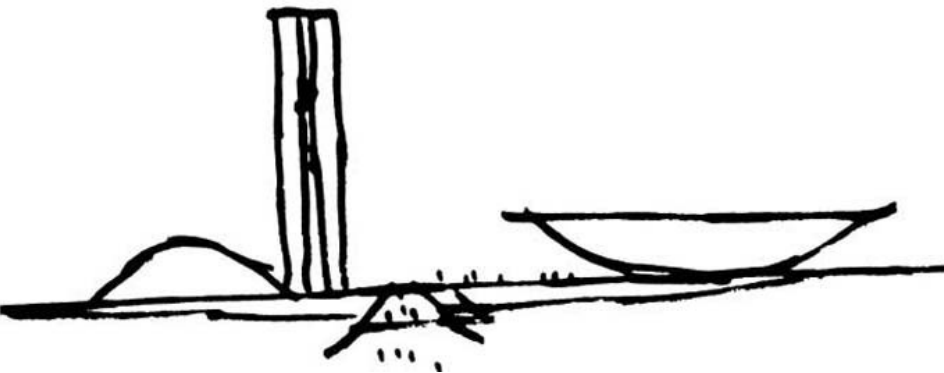


CAPACITAÇÃO PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



Introdução aos Poderes Constituídos e ao Processo Legislativo

Hugo Lontra



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



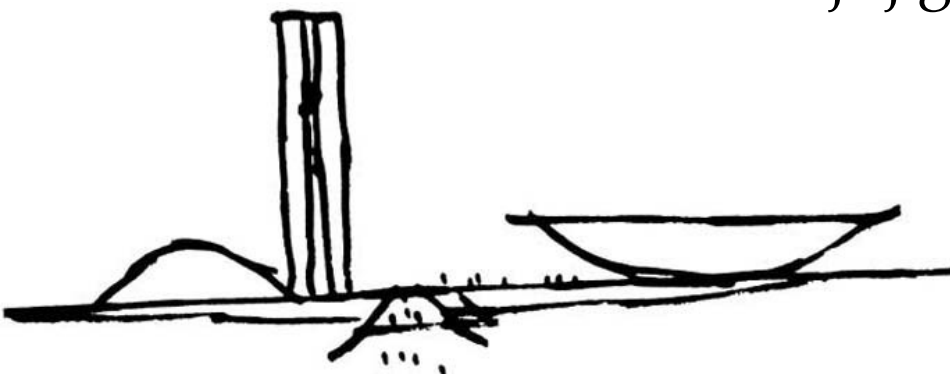
Conhecimentos Básicos:

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

Regimento Interno da ALERJ

Regimento Interno do PJ

www.alerj.rj.gov.br



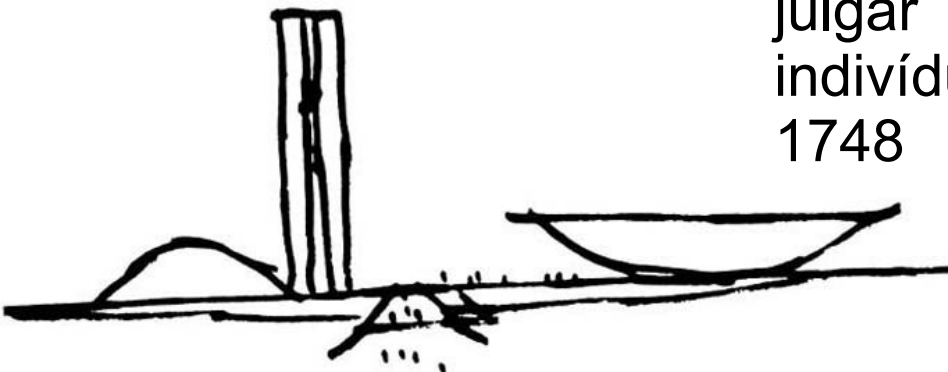
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Introdução a Teoria dos Poderes:

Barão de Montesquieu. “O Espírito das Leis”

“(...) tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos”

1748



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Introdução a Teoria dos Poderes:

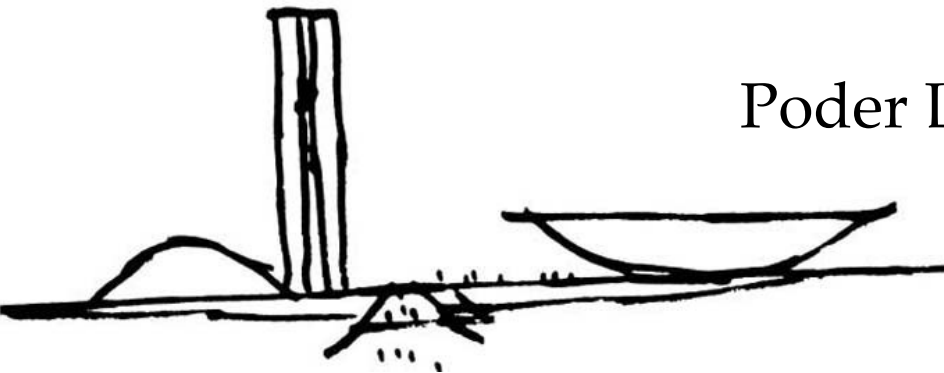
Poder Judiciário

Poder Executivo

Independentes

Harmônicos

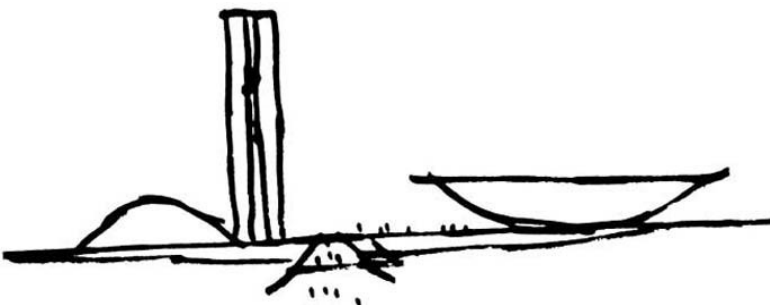
Poder Legislativo



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Introdução a Teoria dos Poderes: FUNÇÕES:

PODER EXECUTIVO	—————→	Executa as Leis
PODER JUDICIÁRIO	—————→	Julga com base nas Leis
PODER LEGISLATIVO	—————→	Produz e Fiscaliza o cumprimento das Leis.



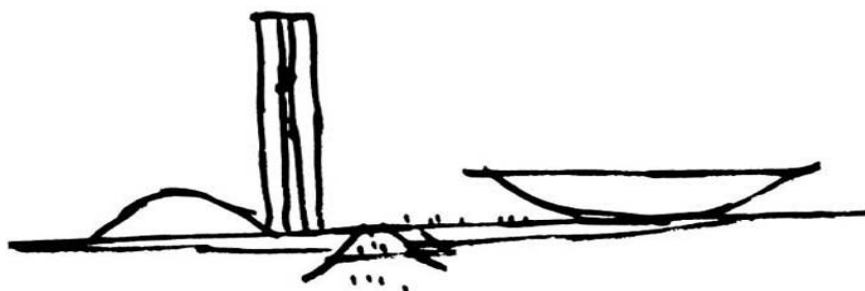
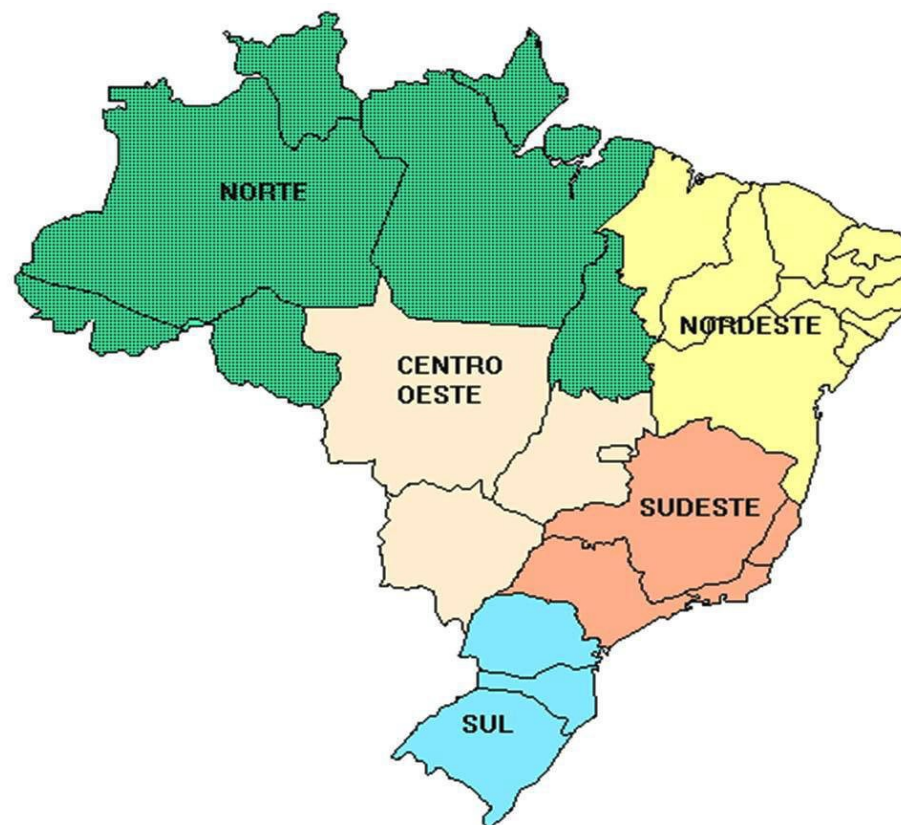
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Divisão Político-administrativa

União —————→ 1

Estados —————→ 26 + 1

Municípios —————→ 5.570



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

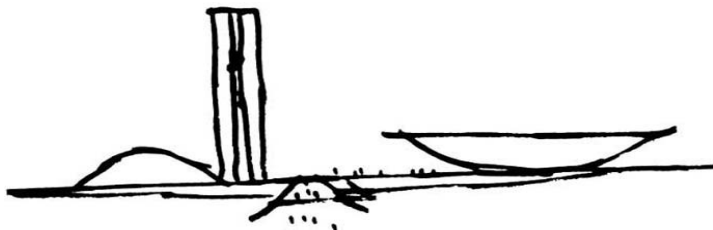
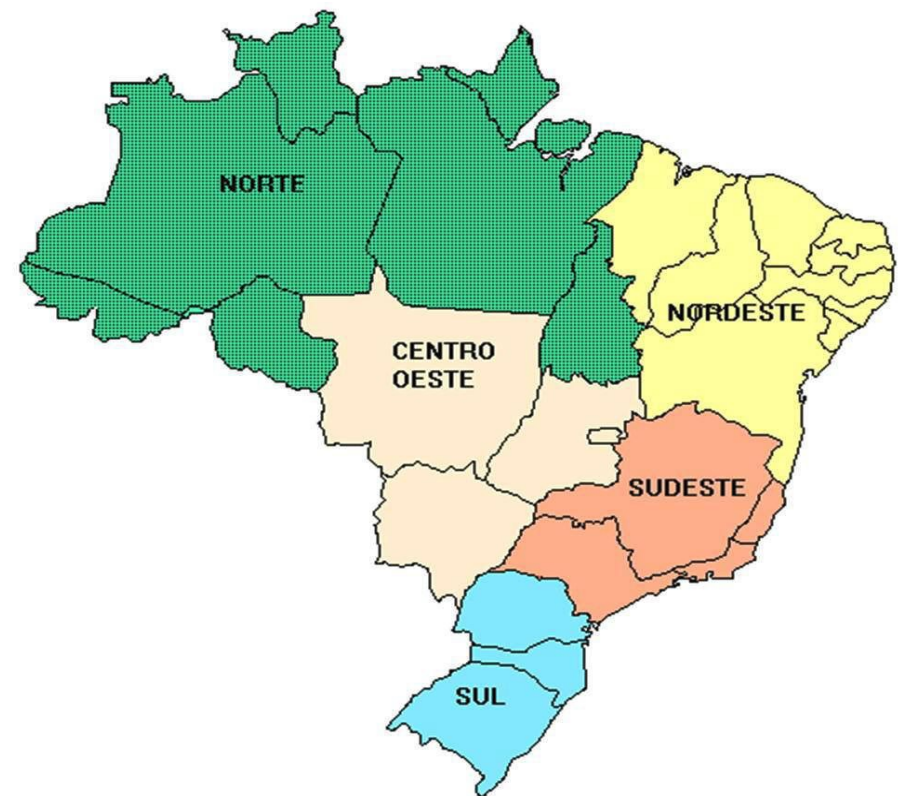
Competência na Federação Brasileira

Princípio Básico: Predominância
do Interesse

União —————> Geral

Estados —————> Regional

Municípios —————> Local



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

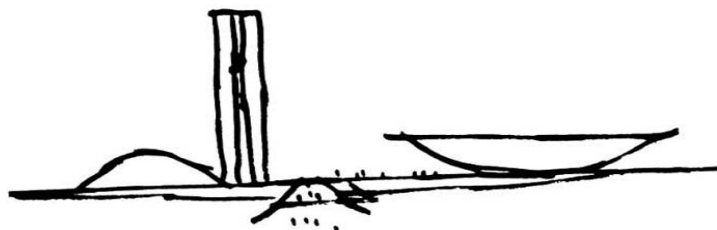
Dados Legislativo – Rio de Janeiro

Número de Municípios —→ 92

Número de Leis no Brasil —→ 13.330*

Número de Leis no Estado —→ 7.407*

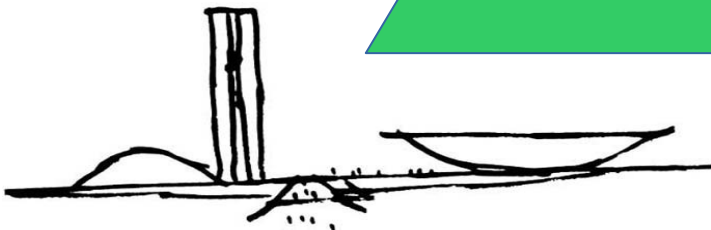
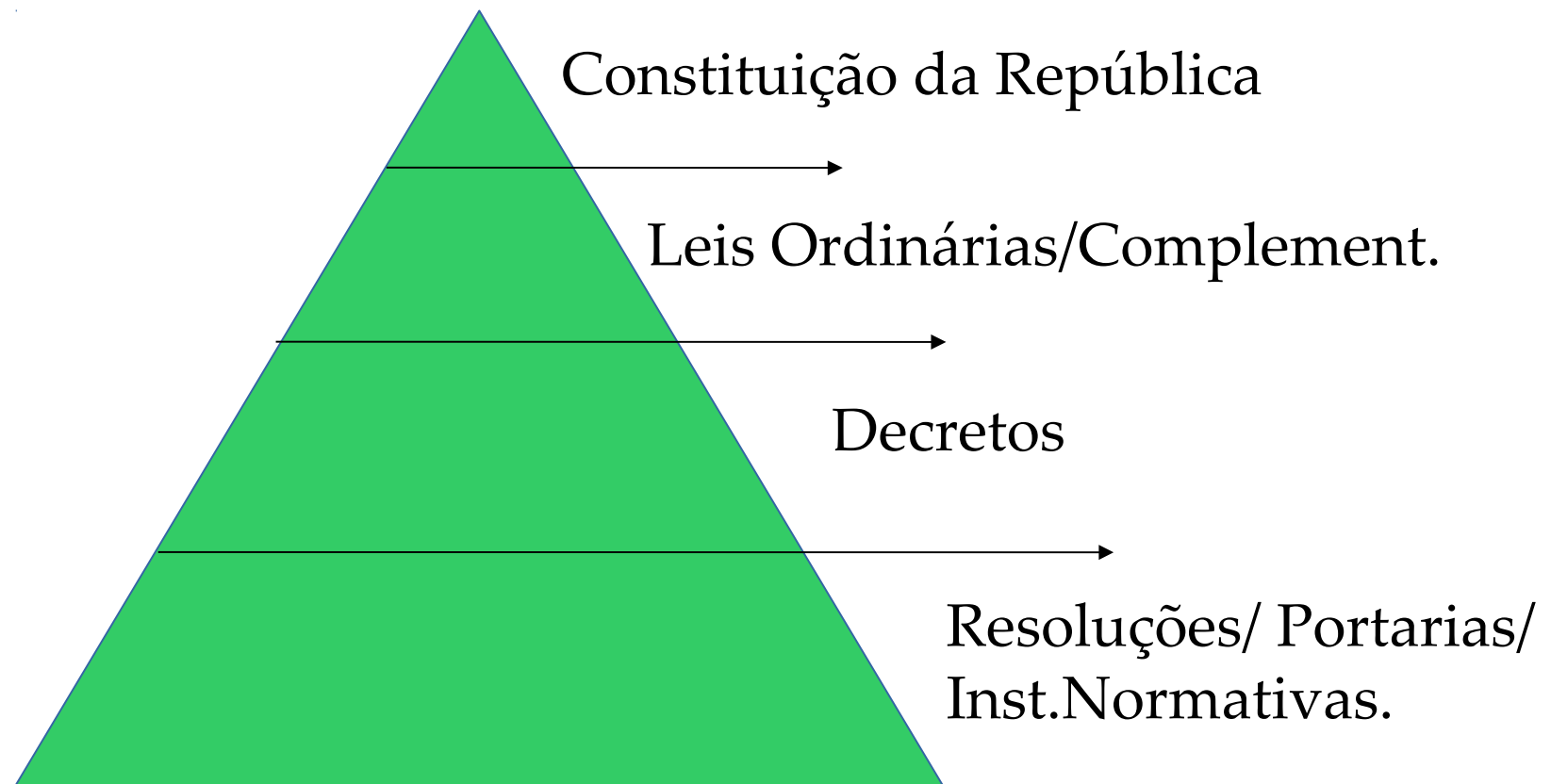
Número de Leis no
Município de Nova Friburgo —→ 4.504*



*Número relativo às Leis Ordinárias
Atualizados em 09/2017

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Noções sobre Hierarquia das Leis



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Espécies de Competência

Exclusiva

Privativa

Concorrente

Suplementar

Residual

“**Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.” CRFB



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Espécies de Competência

“**Art. 22.** Compete **privativamente** à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

...



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Espécies de Competência

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

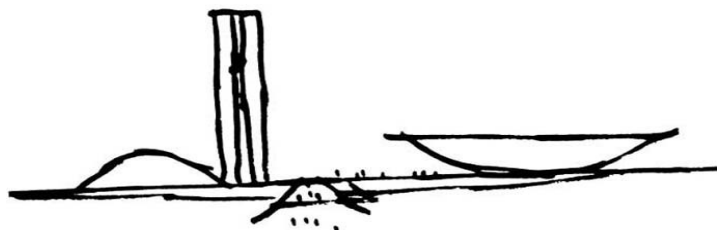
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Espécies de Competência

- “ IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

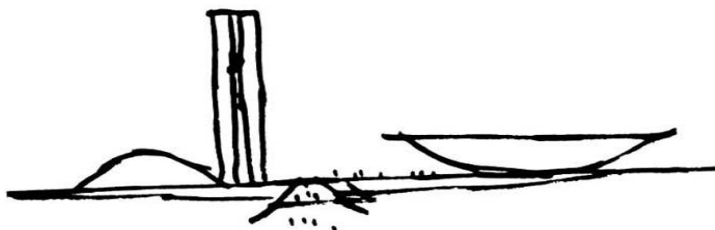
Espécies de Competência

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.



PARLAMENTO JUVENIL

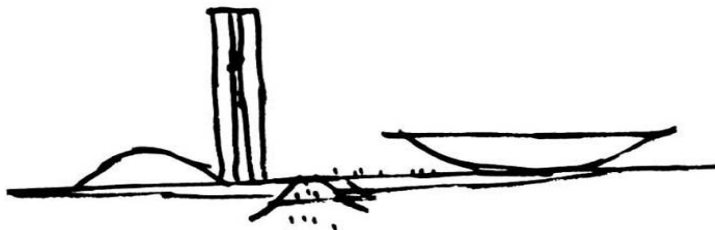
PJ 2017

Espécies de Competência - INTERNA

Art. 112 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

I - fixem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;



PARLAMENTO JUVENIL

PJ 2017

Espécies de Competência - INTERNA

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

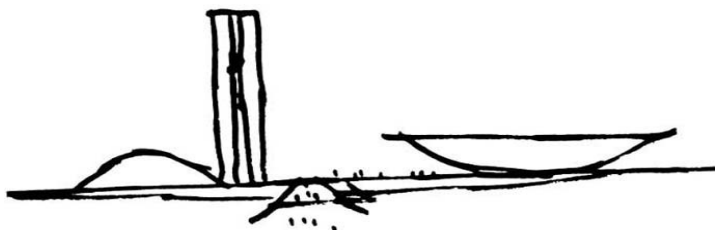


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Tipos de Competência - INTERNA

c) organização do Ministério Público, sem prejuízo da faculdade contida no artigo 172 desta Constituição, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública;

d) criação e extinção de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto o art. 145, caput, VI, da Constituição;

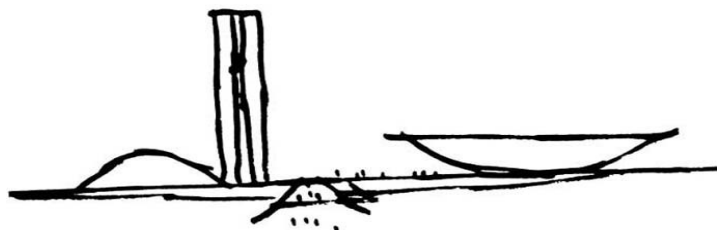


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Espécies de Competência - INTERNA

§ 2º Não será objeto de deliberação proposta que vise conceder gratuidade em serviço público prestado de forma indireta, sem a correspondente indicação da fonte de custeio.

§ 3º Em caso de dúvida em relação as matérias de competência exclusiva do Governador (a) do Estado, a Sanção torna superado o possível vício de iniciativa.



* emendas ao Projeto de orçamento.

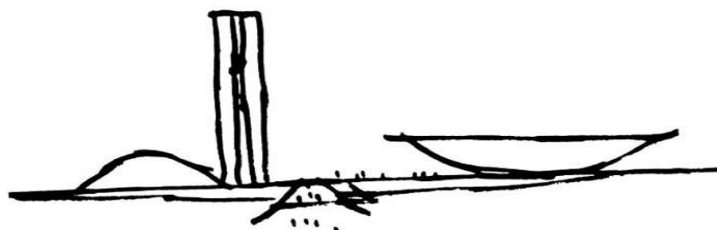
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Exemplo de Competência

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (ARTS. 98 A 101)

Art. 98 - Cabe à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, não exigida esta para o especificado nos artigos 99 e 100, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, entre as quais:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III - planos e programas estaduais de desenvolvimento, em conformidade com os planos e programas nacionais;
- IV - normas gerais sobre exploração ou concessão dos serviços públicos, bem como encampação e reversão destes, ou a expropriação dos bens de concessionárias ou permissionárias e autorizar cada um dos atos de retomada ou intervenção;



* emendas ao Projeto de orçamento.

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Espécies de Competência

INTERNA:

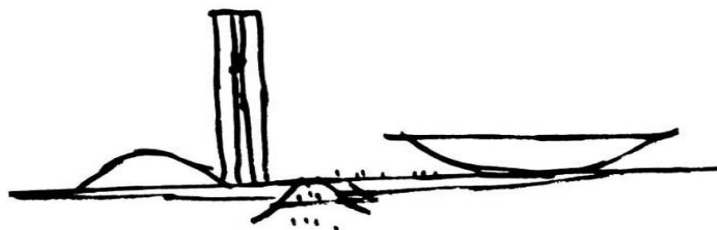
- INICIATIVA:

- Chefe do Executivo;
- Poder Legislativo;
- Poder Judiciário;
- Popular.

EXTERNA:

- Material:

- União;
- Estado;
- Município;



* emendas ao Projeto de orçamento.

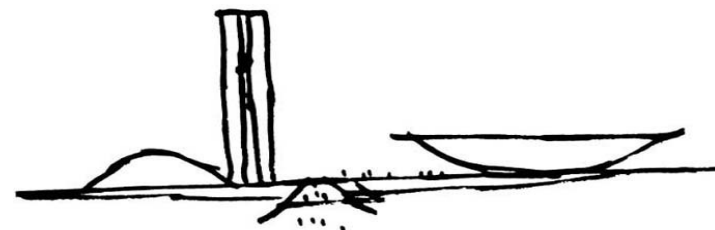
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 83 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia ou de suas comissões, conforme o caso.

§ 1º - As proposições poderão consistir em:

- propostas de emenda à Constituição,
- projetos de lei complementar,
- projetos de lei,
- projetos de resolução,
- projetos de decreto legislativo,
- projeto de lei delegada,
- emendas,
- indicações legislativas,
- requerimentos e recursos.



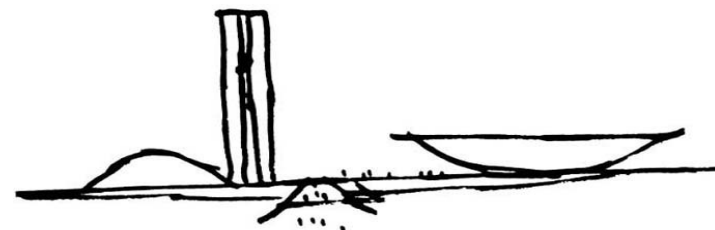
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ



§ 2º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, e apresentada em três vias.

§ 3º - Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 84 - Não se admitirão proposições:

I - anti-regimentais;

II - sobre assunto alheio à competência da Assembleia;

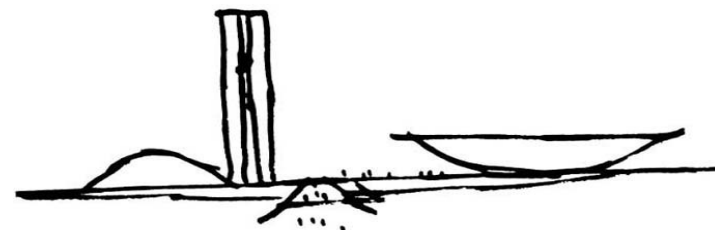
III - em que se delegue a outro Poder atribuição privativa do Legislativo;

IV - que contenham expressões ofensivas a quem quer que seja;

V - que, aludindo a qualquer dispositivo legal, não se façam acompanhar de sua transcrição;

VI - que, fazendo menção a contratos ou concessões, não os transcrevam por extenso;

VII - quando redigidas de modo que não se saiba, com a simples leitura, qual a providência objetivada;



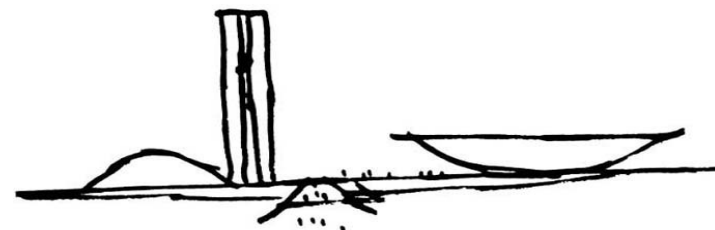
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ



Art. 93 - A iniciativa dos projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, nos casos previstos na Constituição e neste Regimento.

§ 1º - Projeto de lei complementar à Constituição é a proposição destinada a regulamentar, complementando, dispositivos constitucionais.



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

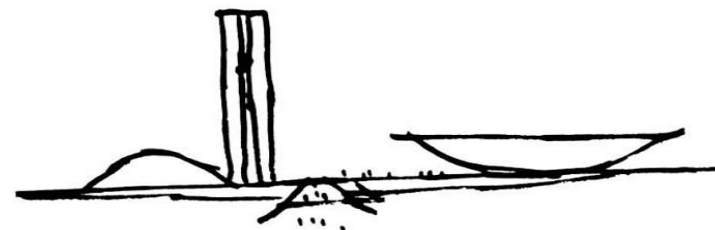
Proposições Legislativas – R.I. ALERJ



Art. 94 - Os projetos de lei ordinária serão destinados a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

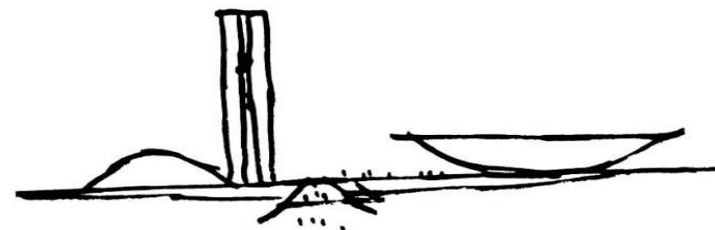


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ



- Fazer Leis exige responsabilidade;
- As Leis interferem na vida das pessoas, para o bem ou para o mal;
- Pensar sobre as consequências secundárias das ideias legislativas;
- Algumas questões não podem ser resolvidas por lei.



PARLAMENTO JUVENIL

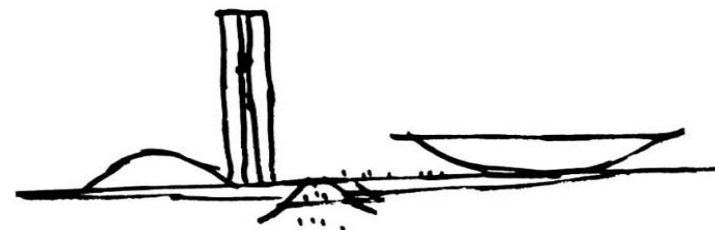
PJ 2017

Exemplos de Leis



7083/15 - DISPÕE SOBRE A VENDA E O CONSUMO DE BEBIDAS NAS ARENAS DESPORTIVAS E ESTÁDIOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Luiz Martins, Geraldo Pudim, Wanderson Nogueira

7077/15 - OBRIGA AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA, MÓVEL, DE TV POR ASSINATURA E DE TRANSMISSÃO DE DADOS VIA INTERNET A OFERECEREM, AOS CONSUMIDORES COM CONTRATOS EM ATIVIDADE, AS MESMAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO AOS NOVOS PLANOS E PACOTES PROMOCIONAIS. Zaqueu Teixeira



PARLAMENTO JUVENIL

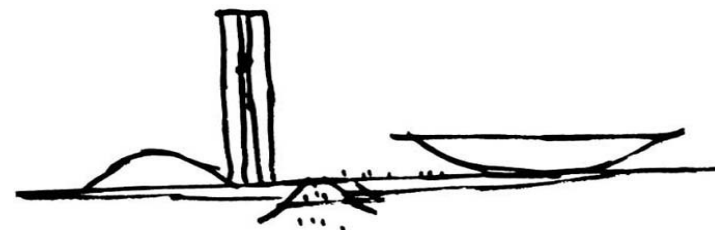
PJ 2017

Exemplos de Leis



7048/15 - ALTERA A LEI Nº 2403, DE 24 DE MAIO DE 1995, PARA DISPOR SOBRE A VEDAÇÃO DA FABRICAÇÃO, DA VENDA, DA COMERCIALIZAÇÃO, DO TRANSPORTE E DA DISTRIBUIÇÃO DE RÉPLICAS OU SIMULACROS DE ARMAS DE BRINQUEDO, E INSTITUIR A SEMANA DO DESARMAMENTO INFANTOJUVENIL.
Martha Rocha

7031/15 - PROIBE O PORTE DE ARMA BRANCA NO TERRITÓRIO DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Geraldo Pudim



PARLAMENTO JUVENIL

PJ 2017

QUÓRUM



MAIORIA SIMPLES:

Primeiro número inteiro após a metade dos presentes.

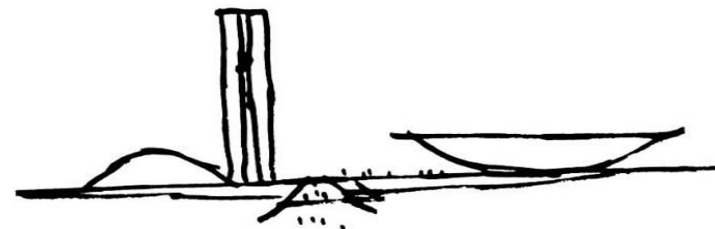
MAIORIA ABSOLUTA:

Primeiro número inteiro após a metade do universo trabalhado.

MAIORIA QUALIFICADA:

Quórum mais árduo, sempre baseado no universo trabalhado.

- 2/3:
- 3/5:

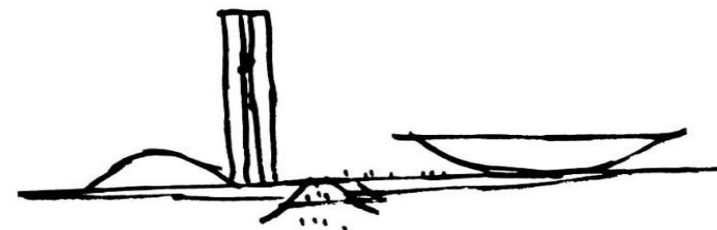
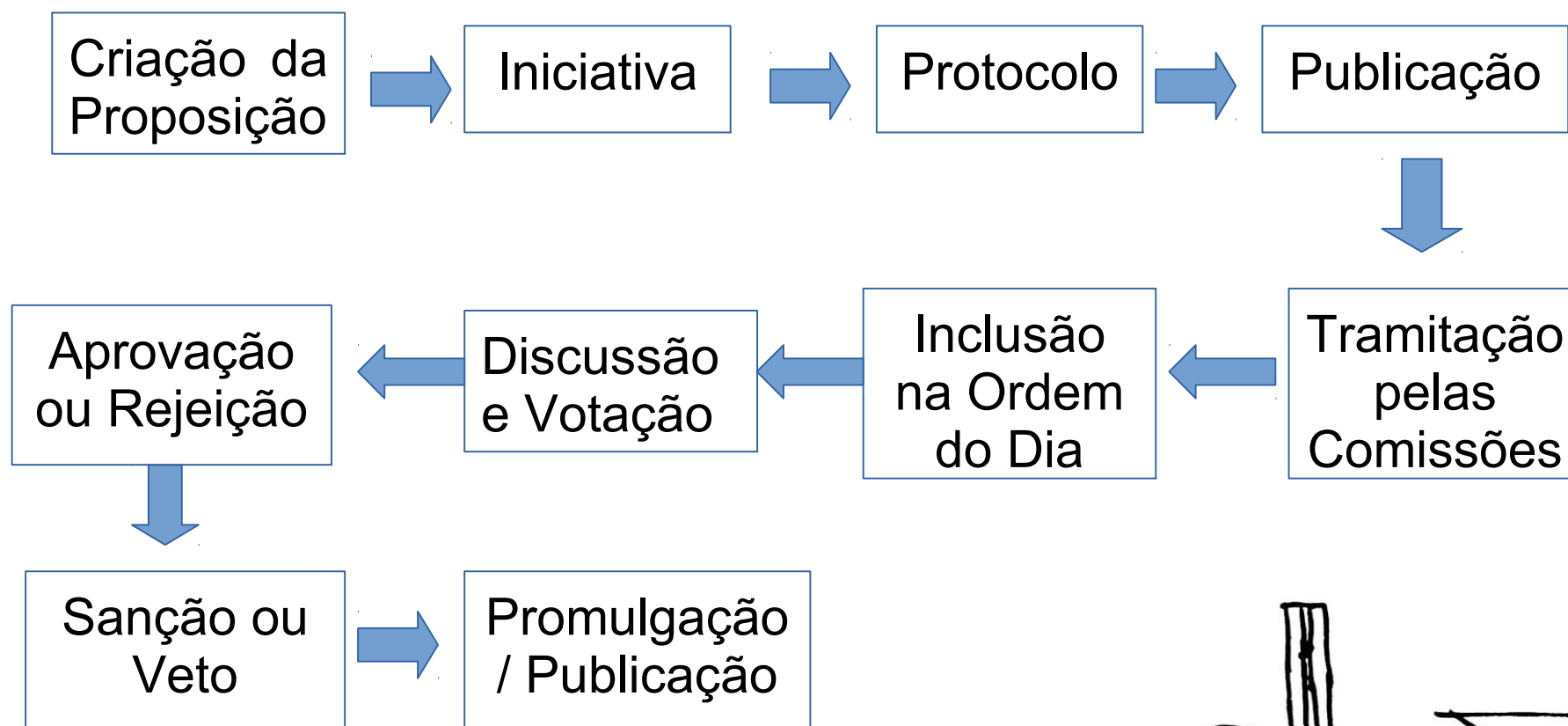


PARLAMENTO JUVENIL

PJ 2017

IDEIAS GERAIS DE PROCESSO LEGISLATIVO

TRAMITAÇÃO



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2017



Obrigado!

Hugo Lontra

E-mail: hugo.lontra@gmail.com

